



**ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MOCAJUBA
CONTROLE INTERNO**

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOCAJUBA

**RELATÓRIO ANUAL DO
CONTROLE INTERNO**

Exercício financeiro de 2018

ELIETH DE FÁTIMA DA SILVA BRAGA
Prefeita Municipal

ELIVETE DAS GRAÇAS BRAGA CUNHA
Secretária Municipal de Finanças

JOSÉ AUGUSTO RUFINO DE SOUSA
Contador

LUCIANO LOPES MAUÉS
Controlador Interno



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MOCAJUBA
CONTROLE INTERNO

1 - INTRODUÇÃO

A Prefeitura Municipal de Mocajuba nos termos do art. 74 da Constituição Federal, art. 59 da Lei Complementar nº. 101/2000, art. 63 da Lei Complementar 202/2000 e art. 20 da Resolução TC-16/94, apresenta a este Colendo Tribunal de Contas o presente Relatório Circunstanciado das Contas Anuais atinente ao exercício de 2018.

O Controle Interno adotou como referência Relatórios de diversos órgãos da administração pública federal, estadual e municipal, a fim de padronizar seus relatórios e passa a relatar os aspectos que condicionaram o comportamento contábil, financeiro, orçamentário, patrimonial e operacional sob a visão deste órgão.

O fechamento dos meses de janeiro a dezembro do exercício de 2018, demonstra que houve uma evolução das práticas adotadas por instrução legal, o que proporcionou um maior equilíbrio as contas públicas, evidenciando que a condução dos negócios públicos tem sido pautada em uma gestão fiscal responsável.

Na função de acompanhamento concomitante, durante o período de janeiro a dezembro de 2018, o Controle Interno do Município de Mocajuba optou por atender a cada determinação legal relacionada a controle, iniciar o processo de normatização e aperfeiçoar a prestação de serviços internos e externos, exigindo medidas incisivas de planejamento e programação financeira, preservando a legalidade e desta forma, também garantindo a legitimidade dos procedimentos.

Este órgão adotou uma postura integrada, buscando auxílio nas assessorias do município na obtenção de informações claras visando o cumprimento dos programas e metas do governo, atendendo a legislação pertinente e estimulando a obediência e o zelo às políticas adotadas pela administração.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MOCAJUBA
CONTROLE INTERNO

1. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

1.1. ORÇAMENTO FISCAL

O Orçamento Fiscal do Município de Mocajuba, aprovado pela Lei Municipal nº. 3.474, de 29 de dezembro de 2017, estimou a receita e fixou a despesa em **R\$ 71.239.514,00**, para o exercício de 2018.

1.1.1. Créditos Orçamentários e Adicionais

Durante o exercício de 2018, o Município efetuou as seguintes alterações orçamentárias:

30/03/2019

Prefeitura Municipal de Mocajuba

Decretos e ofícios no período de 01/01/2018 a 31/12/2018

Decreto	Ofício	Lei	Obs	Data	Total cr. suplementar	Total cr. especial	Total cr. extraord.	Total Envolve redução Câmara
00001/18		03474/17		02/01/2018	2.101.000,00	0,00	0,00	2.101.000,00
00005/18		03474/17		01/02/2018	468.000,00	0,00	0,00	468.000,00
00011/18		03474/17		01/03/2018	611.000,00	0,00	0,00	611.000,00
00015/18		03474/17		02/04/2018	461.000,00	0,00	0,00	461.000,00
00019/18		03474/17		02/05/2018	7.414.000,00	0,00	0,00	7.414.000,00 CM e PM
00023/18		03474/17		01/06/2018	926.000,00	0,00	0,00	926.000,00
00030/18		03474/17		02/07/2018	8.589.000,00	0,00	0,00	8.589.000,00 CM e PM
00035/18		03474/17		01/08/2018	1.543.000,00	0,00	0,00	1.543.000,00 CM e PM
00038/18		03474/17		03/09/2018	7.125.000,00	0,00	0,00	7.125.000,00 CM e PM
00041/18		03474/17		01/10/2018	1.302.000,00	0,00	0,00	1.302.000,00
00043/18		03474/17		01/11/2018	3.141.000,00	0,00	0,00	3.141.000,00
00053/18		03474/17		03/12/2018	509.000,00	0,00	0,00	509.000,00
0053A/18		03474/17		03/12/2018	207.100,00	0,00	0,00	207.100,00 Só CM
00058/18		03474/17		19/12/2018	22.413.259,12	0,00	0,00	0,00
Totais					56.810.359,12	0,00	0,00	34.397.100,00

As alterações orçamentárias foram efetuadas de acordo com os limites estabelecidos na Lei Orçamentária Anual e com autorização através de Leis e Decretos Específicos.

1.2. EXECUÇÃO – BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

A execução orçamentária de acordo com o Balanço Orçamentário apresenta-se sinteticamente da seguinte forma:



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MOCAJUBA
CONTROLE INTERNO

	Previsão/Autorização	Execução	Diferença
RECEITA	90.032.187,98	90.032.187,98	0,00
DESPESA	93.652.773,12	91.155.818,28	2.496.954,84
DÉFICIT (Receita – Despesa)	.	.	2.496.954,84

De acordo com os dados apresentados acima, evidenciamos um déficit orçamentário na execução, na ordem de R\$ 2.496.954,84 (dois milhões, quatrocentos e noventa e seis mil, novecentos e cinquenta e quatro reais e oitenta e quatro centavos).

1.2.1. Receita

A receita realizada no exercício atingiu o montante de **R\$ 90.032.187,98**, ocorrendo uma diferença a maior na ordem de R\$ 18.792.673,98 em relação ao valor inicialmente estimado que foi de R\$ 71.239.514,00. A meta foi atingida, principalmente, em virtude de o município ter recebido recursos oriundos de precatório do Fundef, o que gerou excesso de arrecadação.

No quadro a seguir, demonstramos a receita arrecadada:

Demonstrativo das Receitas por Fontes e sua Participação	
Receitas por Fonte	Valor (R\$)
Receita Tributária	5.349.719,44
Receitas de Contribuições	601.793,81
Receita Patrimonial	172.272,75
Receita de Serviços	00,00
Transferências Correntes	78.020.339,49
Outras Receitas Correntes	11.394,40
Operações de Créditos	0,00
Alienação de Bens	0,00
Transferências de Capital	9.647.212,14
Receitas Correntes (Intra-Orçamentárias)	0,00
Dedução da Receita	(-) 3.770.544,05
TOTAL	90.032.187,98



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MOCAJUBA
CONTROLE INTERNO

1.2.2. Despesas

A despesa realizada pelo Município no exercício foi de **R\$ 91.155.818,28**, representando cerca de 97,33% da despesa autorizada.

1.2.2.1. Despesas por Função de Governo.

Demonstrativo da Despesa por Função de Governo e as participações	
Função	Valor R\$
01-Legislativa	1.421.450,90
03-Essencial a Justiça	0,00
04-Administração	10.996.579,72
06-Segurança Pública	564.912,06
08-Assistência Social	1.904.873,79
09-Previdência Social	0,00
10-Saúde	12.086.653,44
12-Educação	50.683.859,25
13-Cultura	462.002,64
14- Direito da Cidadania	0,00
15-Urbanismo	4.162.777,38
16- Habitação	0,00
17-Saneamento	117.682,93
18-Gestão Ambiental	3.150,00
20-Agricultura	1.161.278,43
22-Indústria	0,00
23-Comércio e Serviços	0,00
24-Comunicações	66.921,35
25-Energia	272.840,44
26-Transporte	5.404.787,74



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MOCAJUBA
CONTROLE INTERNO

27-Desporto e Lazer	133.106,03
28-Encargos Especiais	1.712.942,18
TOTAL	91.155.818,28

2. VERIFICAÇÃO DO CUMPRIMENTO DE LIMITES CONSTITUCIONAIS / LEGAIS

2.1. RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

A Receita Corrente Líquida apurada no exercício 2018, foi calculada de acordo com o RREO – Relatório Resumido da Execução Orçamentária, anexo III da Lei Complementar 101/2000, e totalizou **R\$ 80.384.975,84**.

2.2. APLICAÇÃO NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO.

O Município de Mocajuba cumpriu com o que determina a legislação quanto aos percentuais a serem gastos com educação, conforme demonstrado abaixo:

1.1 – Aplicação na Educação – cumprimento ao artigo 212 da CF, aplicando **26,95%** dos impostos e transferências constitucionais na MDE;

1.2 – Cumprimento do artigo 211 da Constituição Federal, aplicando **63,39%** na remuneração dos profissionais do magistério – FUNDEB.

2.3. AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

O Município de Mocajuba cumpriu com o que determina a legislação quanto aos percentuais a serem gastos com saúde, conforme demonstrado abaixo:

2.3.1 – Aplicação na Saúde – cumprimento ao estabelecido na CF (EC 29/2000 – Mínimo de 15%), aplicando o percentual de **18,04%** dos impostos e transferências constitucionais nas ações e serviços públicos de saúde;

2.3.2 – Cumprimento da EC 29/2000, sendo aplicados os recursos da saúde pelo Fundo Municipal de Saúde.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MOCAJUBA
CONTROLE INTERNO

2.4. DESPESAS COM PESSOAL

2.4.1 – A Despesa com Pessoal do Poder Executivo Municipal fechou o exercício acima do limite estabelecido pela LRF (54%), atingindo **62,54%** da Receita Corrente Líquida.

OBSERVAÇÃO: Foram feitas recomendações ao Gestor Municipal para que adote medidas conforme o determinado no artigo 23 da LRF.

2.5. DUODÉCIMO LEGISLATIVO

2.5.1 – O repasse para o legislativo durante o exercício de 2018 foi de **R\$ 1.444.999,92**, obedecendo ao estabelecido no artigo 29-A da CF. A Câmara Municipal devolveu, ao final do exercício, o montante de R\$ 27.000,00, não utilizado durante o ano.

3. ATENDIMENTO AOS PRAZOS DO TCM

3.1. RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL (LRF)

PERÍODO	DATA DE PROTOCOLO	SITUAÇÃO
1º Semestre	03.08.2018	em dia
2º Semestre	31.01.2019	em dia

3.2. RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA (LRF)

PERÍODO	DATA DE PROTOCOLO	SITUAÇÃO
1º Bimestre	05.04.2018	em dia
2º Bimestre	04.06.2018	em dia
3º Bimestre	03.08.2018	em dia
4º Bimestre	03.10.2018	em dia
5º Bimestre	05.12.2018	em dia
6º Bimestre	02.02.2019	em dia



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MOCAJUBA
CONTROLE INTERNO

3.3. PRESTAÇÕES DE CONTAS DA PREFEITURA E DOS FUNDOS

PERÍODO	DATA DE PROTOCOLO	SITUAÇÃO
1º Quadrimestre	03.08.2018	em dia
2º Quadrimestre	02.10.2018	em dia
3º Quadrimestre	31.01.2019	em dia

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Os valores constantes deste Relatório foram extraídos do sistema contábil desta Prefeitura e confrontados com os anexos que compõe o Balanço do exercício, bem como dados disponíveis na internet para consultas.

Assim, ao finalizarmos este relatório algumas importantes considerações devem ser aqui relatadas:

1. Primeiramente quanto ao limite de gastos com Pessoal que fechou o exercício acima do limite previsto, qual seja, 62,54%;
2. Todos os prazos de entrega de prestação de contas, rreo e rgf foram cumpridos junto ao TCM.
3. Os limites com saúde e educação foram plenamente cumpridos, conforme já demonstrado nos itens 2.2 e 2.3;
4. O repasse do duodécimo legislativo foi feito rigorosamente em sua totalidade até o dia 20 de cada mês, atendendo ao previsto no art. 29A da CF;
5. A reserva de contingência prevista na LOA não foi utilizada durante o exercício;
6. As aberturas de créditos suplementares e anulações somaram o montante de 79,75%, ficando, portanto, dentro do previsto na LOA 2018, e a lei nº 3.521/2018 (80%);
7. A Câmara Municipal encaminhou suas contas para consolidação ao Balanço Geral do município, o que foi feito pela contabilidade.

Ressaltamos que as falhas aqui apontadas foram levadas ao conhecimento dos gestores e responsáveis para serem corrigidas.

A Controladoria Geral do Município de Mocajuba, com base nos valores gerados pela contabilidade, entende por adequada as contas atinentes ao exercício de 2018 expressas no Balanço



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MOCAJUBA
CONTROLE INTERNO

Geral, concluindo que representam a posição orçamentária, financeira e patrimonial do Município, frisando, no entanto, a necessidade de aprimorar e aperfeiçoar sempre os Controles Internos praticados em todos os departamentos e setores do município, com o fito de salvaguardar os interesses econômicos, patrimoniais e sociais da municipalidade, além de prevenir falhas e estimular a eficiência operacional.

É o que nos coube relatar.

Mocajuba, 29 de março de 2019.

LUCIANO LOPES MAUÉS
Controlador Interno